

Africanos e suas línguas na história social do Brasil: notas de um percurso teórico-metodológico

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v52i2.3697>

Ivana Stolze Lima¹

Resumo

Esse artigo tem como objetivo compartilhar parte da discussão travada pela instigante mesa “Línguas africanas e língua portuguesa no Brasil, em Angola e Moçambique – uma interface entre a história social, a literatura e a linguística”, no 69º Seminário do GEL, que ocorreu no Departamento de Linguística da USP, em julho de 2023. Coordenada por Márcia de Oliveira, e formada também por Rita Chaves e Alexander Cobbinah, tratou-se de uma rara e preciosa oportunidade de reunião de pesquisadores de áreas distintas em torno de um interesse comum, que de minha parte chamaria de uma visada sobre a experiência de africanos no processo de colonização e escravização articulado pela língua portuguesa. A minha apresentação, aqui sintetizada, retoma alguns artigos já publicados, nos quais as referências bibliográficas e documentais detalhadas estão disponíveis. Procurando apontar o percurso da pesquisa, focalizo inicialmente o problema da língua nacional no Brasil oitocentista e em seguida discuto a questão das línguas africanas no contexto colonial. Um olhar para a história social do Brasil sensível aos africanos e suas línguas permite aprofundar o conhecimento da história dos povos africanos em diáspora.

Palavras-chave: línguas africanas no Brasil; historiografia linguística.

1 Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; ivanastolze@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-6488-1036>

Africans and their languages in the social history of Brazil: notes from a theoretical-methodological journey

Abstract

This article aims to share part of the discussion of the thought-provoking panel “African languages and Portuguese in Brazil, Angola and Mozambique - an interface between social history, literature and linguistics”, during the 69th GEL Seminar, which happened at the Department of Linguistics of USP, in July 2023. The panel, coordinated by Márcia de Oliveira and composed by Rita Chaves and Alexander Cobbinah, was a rare and precious opportunity to bring together researchers from different fields around a common interest, which I would call a view of the experience of Africans during the process of colonization and enslavement articulated through the Portuguese language. My presentation takes up some previously published articles, in which detailed bibliographical and documentary references are available. Following the path of my research, I will first focus on the problem of the national language in nineteenth-century Brazil and then I discuss the issue of African languages in the colonial context. A look at the social history of Brazil, sensitive to Africans and their languages, allow us to deepen our knowledge of the history of African people in the diaspora.

Keywords: African languages in Brazil; Linguistic historiography.

Introdução

O resumo original da proposta apresentada segue abaixo:

A partir de minha experiência como historiadora, discutirei contextos-chave do que tenho conceituado como uma “História social das línguas africanas no Brasil”. Ao tratar desse percurso teórico-metodológico, procurarei compartilhar como venho definindo objetos e problemas de pesquisa a partir do diálogo transdisciplinar com a área de linguística. Inicialmente, tratarei da pesquisa relativa a anúncios de fugas de escravizados no contexto do Rio de Janeiro como capital do Império do Brasil e principal cidade escravista das Américas. Essa pesquisa permitiu redimensionar o silenciamento das línguas africanas na formação da nacionalidade, tal como entendida pela classe senhorial no Império. A partir da análise seriada e qualitativa dos anúncios, foi possível perceber o intenso trânsito linguístico dos africanos com a língua portuguesa então em processo de expansão e consolidação nacional: africanos se apropriaram da língua senhorial. Em seguida, a trajetória da pesquisa me levou a outra temporalidade histórica, a do período colonial, em função dos dois mais importantes registros de línguas africanas no Brasil, a *Arte da Língua de Angola*, de Pedro Dias (Lisboa, 1697) e a *Obra nova de língua geral de mina*, de Antônio da Costa Peixoto (Ouro Preto, 1731 e 1741). Procurarei apontar as

distintas condições de produção desses registros. Entender a especificidade do período colonial foi fundamental para perceber o caráter estratégico do domínio sobre as línguas africanas para a própria montagem da sociedade escravista. Por outro lado, possibilitou avaliar a circulação de línguas africanas e a reconstrução de vínculos comunitários em situação de diáspora. Como conclusão, proponho uma reflexão sobre a continuidade do colonialismo mesmo após a Independência, quando as línguas africanas e a língua portuguesa terão uma outra dinâmica demográfica, social e política.

A proposta desse texto se assenta em artigos e livros publicados, que podem ser consultados para discussões mais circunstanciadas e referenciadas. As questões teóricas de fundo merecem ser retomadas, para ampliarmos as oportunidades de reuniões de trabalho efetivo entre pesquisadores com interesses afins e sintonia conceitual e teórica sobre a diáspora africana, superando divisões disciplinares, departamentais e institucionais. Foi um belíssimo encontro, pena que foi curto.

A língua nacional e o (não) lugar dos africanos e suas línguas

Como historiadora, considero a dimensão linguística decisiva para a reflexão sobre as formas de interação e conflito entre os diferentes grupos sociais, para entender os processos de escravização e colonialismo, e para o conhecimento dos povos originários e africanos. Uma primeira abordagem da interface entre a história social e a linguística ocorreu no desenvolvimento da minha tese de doutorado, na qual tratei das representações sobre a nacionalidade linguística surgidas com a Independência e a formação do Estado nacional no século XIX (Lima, 2003). A tese tinha como objeto as representações sobre mestiçagem e os debates raciais no chamado Império do Brasil. Busquei contribuir para a desconstrução desse importante imaginário da produção intelectual brasileira, atuante no silenciamento do racismo e dos conflitos sociais na história. Como sabido, a ideologia da mestiçagem por muito tempo serviu de base para defender uma suposta democracia racial brasileira, tendo também contribuído para o branqueamento das representações e das instituições da nacionalidade. A tese lidou com três campos discursivos sobre mestiçagem e raças, aproximadamente entre a Independência e a década de 1870: a política, a população e a nação. O campo da política foi explorado a partir da imprensa da década de 1830, momento em que o efervescente período regencial, marcado pelo advento de grupos sociais diversos na cena pública, evidenciou as disputas raciais em curso na definição de quem poderia, e não poderia, ser considerado cidadão na nova nação. Outro campo discursivo foi a produção do conhecimento estatístico sobre a população, que lidou com a questão da classificação por cores ou raças, operando também a distinção entre livres e escravos, estratégico para a formação do Estado e para a construção de uma sociedade senhorial e escravista. O terceiro campo foi a literatura romântica que também tematizou, por caminhos distintos, a questão da nacionalidade e se empenhou de certa forma em domar a enorme diversidade de culturas, povos e línguas que habitam o país. Um dos caminhos da literatura que se pretendia uma “literatura brasileira” foi a

defesa de uma determinada “língua brasileira”, que terminou por hierarquizar e excluir a diversidade linguística. Observando essa produção de perto, me deparei com a insistente recusa em considerar os africanos e suas línguas como parte do retrato nacional que se queria construir. Os africanos seriam os agentes de uma “corrupção da língua”, de uma barbárie, sendo a diversidade de suas línguas entendida como sinal de primitivismo e incivilidade. Uma nação que se queria civilizada precisaria extirpar esse mal². Hoje, inspirada pelas atuais reflexões do conceito de colonialismo, percebo como o período de formação do Estado independente operou uma expansão da colonização interna, um avanço da soberania do Estado e sua classe senhorial sobre povos originários e africanos. A expansão e unificação da língua portuguesa no século XIX, a partir da imprensa, da escola, e do próprio aparato administrativo do Estado centralizador, apontam como a colonização linguística se acentuou após a Independência. Uso o conceito de língua nacional para identificar essa suposta unidade baseada na língua portuguesa (Lima, 2012a).

Como superar esse silenciamento e repensar a relação entre a escravidão de africanos e descendentes e a formação da língua nacional? Como relacionar o processo de formação de uma língua nacional, que acompanhou a formação do Estado nacional, ao tráfico de escravos, estimado em quase dois milhões de africanos introduzidos no país nos primeiros cinquenta anos do século XIX? Como pensar o fato de terem acontecido no mesmo período dois processos que parecem dirigir-se a lados diferentes? De um lado, os falantes de fon, iorubá, haussá, quimbundo, quicongo... De outro lado, o português se espalhando pelo território, adquirindo a sua história própria, através das páginas de jornais e livros, das pequenas escolas das províncias, das estradas, da crescente administração do território etc.? Como os africanos aprenderam a língua dos senhores? Como construíram espaços para manter seu conhecimento linguístico? Como se pode pensar a relação entre as línguas africanas e o português brasileiro, no campo das relações sociais?

Alguns anos após a conclusão da tese, e com um forte diálogo com a renovação da historiografia da escravidão que vinha se dando desde o final da década de 1980, esse conjunto de questões me acompanhou na exploração de um outro campo discursivo-documental, do mesmo período: anúncios de venda, aluguel e principalmente de fuga de escravizados. Concentrei a pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império e maior cidade escravista das Américas, em dois jornais de grande circulação (*Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio*), recolhendo mais de 600 anúncios sobre africanos e crioulos (como eram denominados os filhos de mães escravizadas nascidos sob o regime de escravidão). Uma importante questão metodológica do trabalho com anúncios de escravos é que, mesmo representando interesses e vozes senhoriais, se lidos à luz da riquíssima historiografia sobre a escravidão, acabam por indicar as práticas e estratégias

2 Além dos textos referidos nas notas bibliográficas, retomei essa reflexão no instigante webnário promovido pela Abralin em 2021.

dos escravizados em relação ao uso das línguas. Trabalhei com a hipótese central de que o aprendizado da língua servia à ordem senhorial, por um lado, mas era movido por lógicas de autonomia e comunidade entre os escravos. Índícios sobre quem redigia os anúncios mostravam desde a ação dos redatores e tipógrafos até os grandes ou pequenos proprietários, que poderiam ditar os seus anúncios ou levar rascunhos manuscritos às oficinas dos jornais. Se por um lado se percebe certa fórmula na descrição dos escravizados, por outro lado o material é mesclado com trechos que parecem fugir de padronizações, sendo mais informais e espontâneos, indicando certa oralidade nessas fontes escritas. Tomemos um exemplo:

No dia 21 do corrente fugiu um negro por nome Pedro, de idade 18 a 20 anos, estatura ordinária, magro muito falador, e atrevido quando toma a cachaça, fala bem Português, e é bom oficial de Alfaiate tanto de homem quanto de Senhora, e sabe boliar alguma coisa: a sua fuga foi por querer que o vendesse: aonde ele for parar que é provável seja aonde trabalhe pelo seu ofício, o remetam para o calabouço dos negros anunciando no Diário para se procurar, que serão recompensadas de todas as [despesas] feitas a este respeito (*Diário do Rio de Janeiro*, 23/01/1821).

Aí vemos a fuga, a mobilidade espacial e a habilidade profissional que possibilitariam a Pedro a tentativa de se empregar como homem livre. O termo “negro”, acompanhado da observação sobre a desenvoltura do aprendizado do português, indica que Pedro seria provavelmente um africano. Afinal, os africanos eram muitas vezes classificados e identificados pela forma como falavam. Acompanhando tudo isso, a observação de seu proprietário sobre o seu comportamento: “é muito falador, e atrevido quando toma a cachaça”. Teria Pedro ajudado a modificar e difundir a língua cada vez mais falada no país, a língua portuguesa que se tornava nacional? O fato de viver no Rio, por haver na cidade uma grande circulação de falantes de diferentes línguas, foi relevante tanto para sua relação com o português, como para a possibilidade de continuidade no uso de línguas africanas?

Neste outro exemplo, trata-se claramente de um escravo africano, mas que não só não teria maiores problemas em se comunicar, como confundia uma das classificações importantes e longevas da ordem escravista, a oposição entre crioulos e africanos:

Fugiu no dia 31 de dezembro próximo passado, um preto de nome Cipriano, de nação Benguela, porém fala como crioulo, estatura regular, rosto magro meio cambaio, quando fala é sempre com ar risonho, e levou calça de merinó preto, e camisa branca, quem o prender e o trouxer à rua da Ajuda n. 127, terá alvissaras; outrossim o anunciante desde já declara que procederá pelos meios facultados na Lei, contra qualquer pessoa que o tenha oculto (*Diário do Rio de Janeiro*, 10/01/1835).

A análise seriada das descrições sobre a fala dos escravizados africanos e crioulos mostrou um quadro muito distinto do que a produção intelectual, literária e artística oitocentista encenava. Mesmo sem querer, a classe senhorial acabou por mostrar que os africanos falavam bem o português, a ponto mesmo de passar por quem nasceu aqui. O Brasil oitocentista, portanto, embora tenha buscado forjar a experiência de uma unificação linguística, foi marcado por esse intenso multilinguismo africano. A capacidade de conviver no ambiente multilíngue foi uma experiência cognitiva básica para esses povos. Portanto, aprenderam português, expostos à presença mais intensa dessa língua. Ao mesmo tempo souberam, inclusive, negociar suas falas, performar identidades linguísticas, podendo ser confundidos como crioulos, ou podendo disfarçar a voz, “fingirem ser boçais” (Lima, 2012b; Lima, 2014).

Diante daquela reiterada denegação que o imaginário sobre a língua brasileira carregou, apoiado em práticas excludentes, como explicar que a formação do Estado nacional no Brasil, sustentada na mão de obra escrava e nos privilégios da classe senhorial tenha sido, também, a experiência de gestação de um mundo das letras, com grande número de descendentes de escravos, libertos e africanos entre seus agentes, inclusive os mais ilustres? Esses artesãos da palavra escrita, escritores, consagrados ou esquecidos, além de tipógrafos, redatores, revisores, cronistas, muitos hoje de fora da “literatura brasileira”, mas que estavam ali pelos bastidores, pelos cafés ou pelas esquinas, ou como diz Flora Süssekind, numa “lata de lixo” da historiografia literária tradicional (Süssekind, 1983, p. 97). Quantos deles são descendentes mais ou menos próximos de escravizados, libertos, crioulos e africanos? O mundo da imprensa constituía um mercado de trabalho que possibilitava profissionalização e relativa ascensão social. Podemos ampliar um pouco e pensar nas leitoras e leitores anônimos, e nas professoras e professores pobres, que mantinham suas aulas particulares ensinando meninos pretos e pardos a ler, escrever e contar (Silva, 2002; Fonseca, 2002; Schueler; Rizzini, 2017). Francisco de Paula Brito é um exemplo conhecido: mulato humilde, aprende a ler, começa como aprendiz em uma tipografia e se torna dono da célebre Tipografia Imperial Dous de Dezembro (Velloso, 2011). Se não tão célebres, outros anônimos existiram. O pai de Lima Barreto, escritor que nasceu em 1881, foi escravo e tipógrafo. Sua mãe, filha de escravos, era professora.

Línguas africanas no período colonial

Continuando a problematizar os africanos e suas línguas na história do Brasil, minha trajetória de pesquisa me levou em seguida ao período colonial. O movimento da historiografia, sobretudo a partir da Lei 10.639/2003, avançou muito na compreensão das etnicidades africanas no Brasil. A historiografia sobre a escravidão passou a incorporar, de forma mais consistente, a interface com a história da África.

A colonização e escravização forjaram instrumentos e categorias para lidar com os povos que enfrentaram e um desses instrumentos foi certo grau de compreensão estratégica

das línguas dos outros e de ao menos algumas das suas formas de comunicação que lhes poderiam ser armas para esse enfrentamento. Fez parte da colonização-escravização a categorização de povos e o conhecimento linguístico era uma de suas frentes. Num intervalo de 40 anos, entre as últimas décadas do século XVII e as primeiras do século XVIII, foram produzidas as duas mais importantes obras sobre línguas africanas no Brasil, uma na Bahia, outra em Minas, mas ambas inseridas no espaço atlântico. São obras aliás preciosíssimas para a própria história da linguística africana. A *Arte da Língua de Angola*, de 1697, considerada a primeira gramática de quimbundo, foi elaborada por Pedro Dias, um jesuíta português que viveu no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, com a decisiva colaboração da rede constituída pela Companhia de Jesus, que incluía bases no Reino de Angola. A *Obra nova da língua geral de mina*, que tem a primeira versão de 1731, e uma segunda versão de 1741, foi elaborada por Antônio da Costa Peixoto, português que viveu em Minas Gerais, que era um leigo, escrivão e juiz da vintena, sem vínculo com as tradições literárias clássicas. Trata-se de um livro manuscrito, que consiste em um vocabulário, organizado tematicamente, de palavras, frases e diálogos de línguas do grupo gbe (o que foi chamado língua mina), traduzidos para o português. Certamente não por acaso, essas obras lidaram com os dois principais macrogrupos do tráfico de homens e mulheres àquela altura. Entre 1690 e 1750, de um total estimado em 1.043.000 homens e mulheres desembarcados no Brasil, os povos da África Centro-Occidental, a maioria do Congo-Angola (onde se falam várias línguas, mas o quimbundo teve papel estratégico para os portugueses), constituem 55%. Os da Costa da Mina, constituem 45% (Slave Voyages, 2023). Na primeira metade do século XVIII, desembarcaram cerca de 370 mil escravizados “minas”, em grande proporção falantes das línguas gbe, e que por isso compartilhavam um relativo grau de intercompreensão, o que aliás contribuiu para o sistema de produção de cativos na área (Silva, 2020).

Para além das diferentes intenções dos dois autores (um, um missionário envolvido em dominar o quimbundo para doutrinar os Angolas³ e outro, um burocrata leigo que vivia metido nas tabernas bebendo cachaça com negros e negras, que foi uma espécie de intermediário entre falantes de mina e de português), essas duas obras fazem ver que, àquela altura, duas línguas gerais africanas se impuseram como línguas estratégicas para a montagem da ordem escravista. Isto é, estas acabaram sendo usadas como espécies de línguas coloniais, num ambiente linguístico em que o português era minoritário na sua dimensão demográfica. Pode-se considerar que o regime linguístico da colonização forjou várias línguas coloniais: aquelas de base tupi e também aquelas que chamaram língua de Angola e a língua mina.

Foi um grande desafio analisar essas duas obras. A própria identificação das línguas e povos africanos trazidos às Américas constitui um problema. Hoje, há um excelente

3 Ver a reflexão de Sílvia Lara sobre a relação entre linguagem e ordem escravista (Lara 2002). Para uma análise da problemática histórica da elaboração da *Arte da Língua de Angola*, no espaço atlântico, ver Lima (2017). Sobre a *Obra nova da língua geral de mina* ver Lima (2018; 2020).

mapeamento analítico dos registros documentais em diferentes línguas que dizem respeito a etnônimos, nomes de nação, localidades, reinos africanos. Para compilar e sistematizar essas informações, várias especializações precisam convergir, com pesquisas sobre culturas e povos africanos, tráfico de escravizados, demografia, classificações linguísticas, nomenclatura das nações⁴.

Foi um desafio, mas, mesmo sem ter conhecimento linguístico específico sobre o quimbundo e as línguas gbe ali registradas, percebi que muitas questões poderiam ser tematizadas pela história social para entender suas condições de produção e buscar o que poderiam trazer, analisadas criticamente, da experiência africana na diáspora. O tratamento de tais registros, articulando-os a outros conjuntos documentais pertinentes à sua produção, bem como ao conhecimento historiográfico disponível, possibilitou identificar formas possíveis de comunidade africana. Consequentemente, consegui captar e ampliar os frágeis indícios de suas vozes em uma documentação do colonialismo.

Pude olhar para a *Arte da Língua de Angola* como um produto e sinal de uma ampla arena de forças, vasculhada em distintos campos documentais produzidos por autoridades coloniais leigas e missionárias no espaço do Atlântico sul. Se a intenção explícita da *Arte* era doutrinar os africanos de Angola na fé católica, foi essencial entender os interesses e tensões em jogo, relacionados à construção de um domínio linguístico sobre aqueles que estavam mais diretamente envolvidos pela montagem da ordem escravista, pelo tráfico de escravos e pelos interesses mercantis e religiosos do império luso no espaço do Atlântico sul. Um procedimento decisivo que a pesquisa demonstrou foi a percepção de que a obra em foco, longe de ser uma obra isolada, era parte de uma *série*. A *Arte da Língua de Angola* foi uma dentre inúmeras gramáticas, vocabulários e catecismos dedicados a duas línguas vizinhas, o quimbundo e o quicongo, produzidos ao longo do século XVII. O ritmo de produção dessas obras pode ser acompanhado por diversos registros: as diferentes edições, traduções, cópias e compilações que circulavam em formatos manuscritos e impressos, indicando uma grande demanda pelo domínio linguístico na região do Congo-Angola, movido por instituições e agentes europeus, como a coroa portuguesa, a Companhia de Jesus e a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Em 1642, havia sido publicado o *Gentio de Angola suficientemente instruído nos mistérios de nossa santa fé*, um catecismo bilíngue português-quimbundo, dedicado ao uso dos padres de Angola e do Brasil, obra dos jesuítas Francisco Paccônio e Antônio do Couto (Bonvini, 1996; Lima, 2017a).

Podem ser consideradas nessa série as obras dedicadas a outra língua de região próxima, o quicongo. Uma delas é a *Doutrina Cristã (...) de novo traduzida na língua do Reino do Congo*,

4 Uma ação importante foi o seminário realizado em 2019 na Fundação Casa de Rui Barbosa, do qual resultou o livro: LIMA, Ivana Stolze; RODRIGUES, Aldair; FARIAS, Juliana (org.). *A diáspora mina: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

catecismo impresso em 1624, construído em forma de diálogo, cuja tradução foi ordenada pelo padre jesuíta Mateus Cardoso e amplamente utilizada na catequese no Congo por diferentes ordens religiosas (Almeida, 2009, p. 165). Outra obra é um vocabulário da língua do Congo, latim e espanhol, de 1648, *Vocabularium Latinum, Hispanicum et Congense, ad Usus Missionariorum transmittendorum ad Regni Congi Missiones*, redigido pelo capuchinho Bonaventura da Sardegnia em colaboração com o padre nascido no Congo, Manuel Roboredo. Filho de um capitão português e de uma mulher nobre, mãe do Mani Congo Álvaro V, Roboredo foi um agente importante: dominava a escrita, era fluente em português, quicongo e latim e atuou como embaixador, intérprete e mediador, sendo mais tarde admitido na ordem dos capuchinhos. O vocabulário, feito nos primeiros anos da chegada dos capuchinhos ao Congo, foi amplamente utilizado nas missões, circulando em cópias manuscritas. Ao lidar com instrumentos linguísticos como objetos de pesquisa, vale, portanto, interrogar se o material em foco pode ser apontado como elemento de um conjunto maior, que pode estar relacionado a uma problemática histórica específica. No caso, aquela definida por Alencastro (2000) como a dinâmica do Atlântico sul.

Há ainda um outro tratamento a ser compartilhado aqui. Como o jesuíta Pedro Dias forjou uma experiência que o tornou capaz de elaborar essa obra? Dito de forma mais ampla, como o conhecimento linguístico necessário à gramatização de línguas desconhecidas pôde ser construído? A linguística missionária envolveu decisivamente inúmeros sujeitos locais por nós desconhecidos, salvo uma ou outra menção, colocando para a historiografia a instigante questão sobre os contatos travados por seus autores com os falantes das línguas que se buscava decodificar. Muitos intérpretes anônimos necessariamente atuaram para que o conhecimento linguístico fosse sistematizado pelos missionários e deve-se ainda considerar que a hierarquia e a política atuavam para que um nome fosse eleito como autor de uma obra. A desconstrução da noção de *autor* é assim algo fundamental para lidar com obras desse tipo. Se por um lado Pedro Dias foi o nome que apareceu como o autor dessa obra, como marca de hierarquia interna da Companhia de Jesus, atuaram de forma menos visível alguns outros padres e irmãos que dominavam o quimbundo. Há registros documentais sobre alguns deles, nascidos no Brasil, em Portugal e em Angola, como Miguel Cardoso, Antonio Cardoso, Manuel de Lima (Leite, 1940, p. 254; Brásio, 1973; Lima, 2017a). Certamente outros catequistas e intérpretes contribuíram, embora sejam agentes de nós desconhecidos. O domínio sobre a língua de Angola era estratégico desde o século XVI e o feito de Pedro Dias e da mencionada série coroam esse projeto. Dias dedicou-se à detalhada descrição gramatical da língua. Como mostra a análise do linguista Ronaldo Batista (2002), as artes de gramática como as que foram feitas por José de Anchieta e Luís Figueira para o tupi antigo, Luís Vincêncio Mamiani para a língua kiriri, e Pedro Dias para o quimbundo, seguiam práticas e conhecimentos compartilhados, com um caráter instrumental e pedagógico.

A pesquisa sobre as duas obras e, de forma geral, sobre a história das línguas africanas no Brasil abriam questões mais amplas que mereciam discussão. Há uma espécie de mitologia acadêmica sobre a separação de africanos por suas línguas na montagem das

propriedades escravistas. É comum encontrar, em textos acadêmicos de várias áreas, essa asserção como elemento constitutivo da comunidade africana no Brasil. Além de operar uma crítica historiográfica sobre esse tema, examinei narrativas relacionadas ao tráfico como forma de questionar o estereótipo de incomunicabilidade entre os africanos, supostamente incentivada por uma política intencional de diversificação dos escravos (Lima, 2017b). Esse movimento levou também à problematização das políticas linguísticas relacionadas à escravidão africana no Brasil, especialmente no período que se estende entre o final do século XVII e primeiras décadas do século XVIII, algo que eu já havia feito para o período oitocentista.

Quanto à *Obra nova da língua geral de mina*, procurei desenvolver uma análise tomando-a como indício e registro de uma comunicação africana, a partir de uma detalhada e minuciosa história social do microcosmo que possibilitou esse registro. Por comunicação africana, entendo os dilemas, as escolhas e as possibilidades de comunicação e interação linguística que se apresentaram aos africanos escravizados na experiência americana, que envolveram não só a possibilidade de uso de suas línguas africanas, mas também sua relação com o português e outras línguas existentes na região mineradora, como a língua geral paulista. Práticas dialógicas estiveram na base da elaboração dos documentos de 1731 e 1741 e acabam por revelar, subjacentes ao seu autor, experiências das comunidades linguísticas ali envolvidas. Em momento inicial da pesquisa, parti da edição impressa (Peixoto, 1945), tomando como referência a pioneira análise de Yeda Pessoa de Castro (2002), que identifica principalmente o fon como a língua chamada mina pelos portugueses. A metodologia se ampliou: transcrevi os manuscritos e cotejei a obra com uma ampla documentação coesa, e com a historiografia sobre a escravidão e sobre a área mineradora. Defini alguns eixos de investigação: 1) a análise crítica e detalhada dos documentos para a problematização do seu significado histórico; 2) a trajetória de Antonio da Costa Peixoto como escrivão e juiz da vintena e a compreensão de como veio a se tornar um intermediário entre a língua mina e o português; 3) a comunicação africana nas experiências conflituosas da ordem escravista, mas também nas dinâmicas no comércio, na intimidade e na sua relação com a escrita; 4) outros registros contemporâneos que apontem para usos e representações sobre a chamada língua mina, ou língua geral de mina.

Os diálogos e as traduções apresentados por Costa Peixoto, em seu contato com os falantes de língua mina, *representam* relações sociais na escravidão. Trata-se de uma peça textual que, para além do que tenham sido seus objetivos e formas de uso e circulação, opera uma representação e uma elaboração simbólica sobre a experiência. Daí a potência dos diálogos relacionados à violência brutal e à tensa negociação da escravidão, com um teor dramático raríssimas vezes explicitado. Mas é importante incorporar à análise uma visão do conjunto das vivências cotidianas que ali também aparecem. A obra nos leva a pensar acerca das práticas dialógicas subjacentes, conceito inspirado no estudo de Olabiyi Yai (2000), que define o conceito de performances dialógicas no mundo atlântico, atuantes na produção de vocabulários e outros documentos similares sobre as línguas

africanas. Yai (2000) aponta um entendimento não essencialista da noção de autoria, uma vez que a colaboração de africanos se impunha necessariamente. Africanos, e particularmente mulheres, seriam informantes e coautores, ainda que anônimos e a rigor não passíveis de identificação precisa, e tiveram um espaço de negociação, orientando perguntas e respostas, deixando suas marcas e visões de mundo.

Outra problemática que todo esse investimento na compreensão das condições de produção da obra de Peixoto permitiu discutir foi a presença da escrita na experiência escrava, um tema que atravessa toda a minha pesquisa. A relação com a linguagem escrita se impunha a suas vidas, uma vez que a escrita era um dos sistemáticos instrumentos de poder e autoridade da escravidão, da colonização, bem como da formação do Estado. Assim como africanos se tornavam ladinos, aprendendo a falar português, alguns conseguiram manejar, com maior ou menor domínio, a língua escrita. Ainda que raros, os exemplos de escravos e libertos que dominaram em algum grau a escrita são traços importantes do movimento de apropriação das formas de linguagem, comunicação e registro. Em um contexto social em que o acesso à escrita é claramente verticalizado, dominado por grande parte dos imigrantes que já contavam com ensino das primeiras letras em Portugal, e com um número quase invisível de letramento de forros (Venâncio, 2001), o desejo de instrução, para si ou para os filhos, é encontrado em diferentes situações de africanos ou descendentes, e parece que a mobilidade da região colonial da mineração ampliou essa possibilidade, ao menos para certos ofícios e relações entre grupos sociais (Fonseca, 2006; Paiva, 2003; Villalta, 2007, p. 256).

Registros escritos que podem ser lidos como expressão de escravos e libertos, sobre sua própria visão da escravidão e da liberdade não precisam ter sido necessariamente escritos pelo seu punho, embora esses tenham um valor preciosíssimo e raro (Wissenbach, 2002; Mamigonian, 2017). Em outras palavras, ainda que escravos alfabetizados tenham sido poucos, e libertos talvez um pouco menos raros, a escrita estava em suas vidas, fosse ou não dominada por eles. Teria a *Obra nova de língua geral de mina*, embora escrita por Peixoto, uma autoria africana? Tenho investido muito nessa hipótese, buscando entender ali uma voz africana.

Certamente esse breve artigo deixou lacunas e questões em aberto. Meu objetivo foi mesmo apresentar parte do que tenho publicado a partir de campos documentais muito diversificados, e como construí a partir deles objetos de investigação que apontam para a dimensão linguística da história social. Seria muito difícil enumerar todos os linguistas com quem mantive diálogo intelectual, mas não posso deixar de citar Tania Alkmim e Margarida Petter como constantes e incentivadoras interlocutoras.⁵ Nos textos que

5 A participação de cada uma delas nos dois seminários interdisciplinares que organizei na FCRB foi decisiva para esse percurso: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2008; LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: NAU/Faperj, 2014.

publiquei, há discussões e comentários sobre minha conversa com a área. Espero que, ainda que breve e lacunar, esse texto possa gerar novos diálogos.

Referências

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALMEIDA, C. *Uma infelicidade feliz. A imagem de África e dos Africanos na literatura missionária sobre o Kongo e a região mbundu (meados do século XVI – primeiro quartel do século XVIII)*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009.

BATISTA, R. “*As linguas difficultosas e os linguas peritos*”. *Artes de gramáticas jesuíticas no Brasil colonial dos séculos XVI e XVII*. 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BONVINI, E. Repères pour une histoire des connaissances linguistiques des langues africaines. *Histoire, Épistémologie, Langage*, v. 18, n. 2, 1996. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1996_num_18_2_2465. Acesso em: 30 out. 2023.

BRÁSIO, A. A promoção sacerdotal do africano. In: BRÁSIO, A. *História e missiologia. Inéditos e esparsos*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973. p. 886-925.

CASTRO, Y. P. de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FONSECA, M. V. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, p. 123-144, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38725>. Acesso em: 30 out. 2023.

FONSECA, T. N. Segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda. Estratégias educativas na sociedade mineira colonial. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 35, p. 175-188, 2006.

GODOI, R. C. *Um editor no Império*. Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: Edusp/Fapesp, 2016.

LARA, S. Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de Meados do século XVIII. In: BASTOS, C. et al. (org.). *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: ICS, 2002. p. 205-226.

LIMA, I. S. Línguas africanas como o lado avesso de uma língua nacional no Brasil: aproximações entre a história social e a linguística. *Abralin ao vivo: Resistências e transformações*. 19 abr. 2021. Disponível em: <https://aovivo.abralin.org/lives/resistencias-e-transformacoes/>. Acesso em: 28 out. 2023.

LIMA, I. S.; RODRIGUES, A.; FARIAS, J. (org.). *A diáspora mina: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

LIMA, I. S. A tradução mina da terra do branco. In: LIMA, I. S. et al. (org.). *A diáspora mina: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020. p. 385-412.

LIMA, I. S. A voz e a cruz de Rita: africanas e comunicação na ordem escravista. *Revista Brasileira de História*. v. 38, n. 79, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Q7wfkrfMwL6ddmyhfjXbSt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

LIMA, I. S. Língua e diversidade: imagens sobre africanos e escravidão. *História da Historiografia*, v. 25, p. 44-64, dez. 2017a. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1182>. Acesso em: 30 out. 2023.

LIMA, I. S. Escravidão e comunicação no mundo atlântico: em torno da língua de Angola, século XVII. *História Unisinos*, v. 21, n. 1, p. 109-121, 2017b. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.211.09>. Acesso em: 30 out. 2023.

LIMA, I. S.. Práticas e fronteiras: africanos, descendentes e língua nacional no Rio de Janeiro. In: LIMA, I. S. ; CARMO, L. (org.). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Faperj/Nau, 2014. p. 229-248.

LIMA, I. S.; CARMO, L. do (org.). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: NAU/Faperj, 2014.

LIMA, I. S. Por uma história social da língua nacional: algumas questões teóricas e metodológicas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 454, p. 273-284, 2012a. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-454/item/108291-por-uma-historia-social-da-lingua-nacional-algumas-questoes-teoricas-e-metodologicas.html>. Acesso em: 30 out. 2023.

LIMA, I. S. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil: uma perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, v. 25, n. 50, p. 352-369, 2012b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/gvZV9ZWVGwXy5PqjY5Nwyns/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

LIMA, I. S.; CARMO, L. do (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

LIMA, I. S. *Cores, marcas e falas – sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LEITE, S. Jesuítas do Brasil, naturais de Angola. *Brotéria*, Lisboa, v. 31, p. 254-261, 1940.

MAMIGONIAN, B. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Cap. 8.

PAIVA, E. F. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: *Colóquio Internacional Política, Nação e Edição*. Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2003.

PEIXOTO, A. da C. *Obra nova da lingua geral de mina, traduzida ao nosso igdioma*. 1741 (Manuscrito, Biblioteca Pública de Évora).

PEIXOTO, A. da C. *Alguns apontamentos da lingua minna com as palavras portuguezas correspondentes*. 1731 (Manuscrito, Seção de reservados Biblioteca Nacional de Lisboa).

PEIXOTO, A. da C. *Obra nova da língua geral de mina*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945.

SCHUELER, A. F. M.; RIZZINI, I. Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 17, n. 1 (44), p. 89-115, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40718>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA, A. M. P. da. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4. p. 145-166, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38726>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA Jr., C. da. A diáspora mina-gbe no mundo Atlântico. *In: LIMA, I. S. et al. (org.). Diáspora mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

SLAVE VOYAGES. Tráfico Transatlântico de Escravos. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 30 out. 2023.

SÜSSEKIND, F.; VALENÇA, R. O sapateiro Silva. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 1983. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/12508>. Acesso em: 30 out. 2023.

VELLOSO, M. Um agitador cultural na Corte: a trajetória de Paula Brito. *In: KNAUS, P. et al. (org.). Revistas ilustradas. Modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2011. p. 67-78.

VENÂNCIO, R. Migração e alfabetização em Mariana colonial. *In: SILVA, R. M. e (org.). Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 391-400.

VILLALTA, L. C. Educação: nascimento, 'haveres' e gêneros. *In: RESENDE, M. E.; VILLALTA, L. C. (org.). As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 2, p. 253-287.

WISSENBACH, C. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, p. 103-122, 2002.

YAI, O. Texts of enslavement: Fon and Yoruba Vocabularies from Eighteenth and Nineteenth-century Brazil. *In: LOVEJOY, P. (org.). Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000. p. 102-112.